

RELAÇÕES ENTRE DISCURSO POLÍTICO E DISCURSO JORNALÍSTICO

Eliane Brenneisen*
Sônia C. Poltronieri Mendonça**
Gustavo Biasoli Alves***

Resumo: Uma característica do discurso jornalístico é a aptidão de incorporar e mediar os discursos de vários sujeitos sociais. Isso faz da mídia um cenário de interesses em competição daqueles que querem ver divulgados os seus discursos. Especificamente no momento de uma disputa política é possível verificar o reflexo dela na imprensa e, por meio dos pressupostos da Análise do Discurso (AD), verifica-se a possibilidade de desvendar as condições de construção do discurso jornalístico a partir dos enunciados dos diferentes sujeitos – jornalistas e políticos. Entende-se que as normas e regras internas dos veículos de comunicação ajudam na uniformidade do processo de produção jornalística, tais como a seleção de informações de acordo com os critérios de edição, as rotinas de trabalho e o posicionamento editorial do veículo de comunicação.

Palavras-chave: Discurso político, discurso jornalístico, relações de poder

Abstract: A characteristic of journalistic discourse is the aptitude to incorporate and mediate the speeches of some social citizens. It makes the media a scenery of interests in competition of those who want to see their discourses divulged. Specifically at the moment of a political dispute, it is possible to verify its consequence on the press and, by means of estimated Discourse Analysis (DA), the possibility of unveiling the construction conditions of journalistic discourse is verified, starting from different citizens' statements - journalists and politicians. It is understood that norms e internal rules of communication vehicles help the uniformity of the journalistic production process, such as the information selection in accordance with edition criteria, work routines and the publishing positioning of the communication vehicle.

Keywords: politician discourse, journalistic discourse, power relations

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é o de refletir sobre as relações entre discurso político e discurso jornalístico, apoiados na Análise do Discurso, em especial nos aspectos em que esta estabelece uma interface com alguns conceitos das Ciências Sociais como poder, dominação e ideologia. A análise centra-se nas condições de produção do discurso jornalístico, argumentando que o discurso jornalístico, quer pelas características intrínsecas ao cotidiano de sua produção, quer por objetivos exteriores às redações, é um veículo importante na produção/propagação de discursos e de posições político-sociais.

2. O DISCURSO POLÍTICO

Entende-se discurso como um fenômeno social e lingüístico em que um sujeito social usa uma linguagem histórica e socialmente dada para reconstruir posições, sujeitos sociais e lingüísticos. Desta forma, a reflexão sobre as relações entre o discurso político e o discurso jornalístico pressupõe a que se pense a sociedade como um conjunto articulado de discursos que se completam, se diferenciam, se interpenetram, se relacionam e se disputam. Alguns discursos são mais perenes, ao passo que outros desaparecem rapidamente. A articulação em um discurso pode influenciar na mudança de comportamentos e de opiniões por meio da construção de uma posição de autoridade ou da resignificação de sentidos propostos por agentes sociais aos fenômenos da sociedade, ou ainda na tentativa de rearticulação da posição social e discursiva ocupada por estes agentes. Nesse sentido, Pinto (1989, p. 36) afirma que “a capacidade de um discurso de exercer poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder às demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos”. Isso ocorre principalmente devido à existência de uma constante luta entre discursos na busca de interpelarem novos sujeitos e de darem à sociedade um sentido.

Há uma multiplicidade de discursos presentes na sociedade, tais como o discurso de senso comum, o discurso científico, o discurso político, o discurso religioso e o discurso jornalístico, entre outros. O todo social é composto, então, por uma multiplicidade de discursos que visam dar-lhe sentido; e os diversos atores políticos e sociais, por sua vez, visam ao estabelecimento de sua hegemonia, que é sempre parcial, fluída e inconstante.

Para Orlandi (1988, p. 55) o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática, ou seja, é o efeito de sentidos entre locutores, sendo que não há começo absoluto nem ponto final para o discurso. Ao se analisar um discurso, a autora sugere que, para se encontrar sua regularidade, não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção, em que é preciso levar em conta dois fatos: o processo de constituição do sujeito e a materialidade do sentido. Orlandi (2002, p.

22) argumenta ainda que não se deve confundir discurso com “fala”, na continuidade da dicotomia (língua/fala) saussureana, em função de que o discurso tem sua regularidade e seu funcionamento. A ideologia, no modo de pensar da autora, não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade, uma vez que, para ela, não há realidade sem ideologia:

Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém em seu modo de funcionamento imaginário (ORLANDI, 2002, p. 42).

A partir do conceito de que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a palavra, Orlandi (2002, p. 17) afirma que não há discurso sem sujeito e que não há sujeito sem ideologia, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. É importante destacar que a noção de discurso difere do esquema de comunicação (emissor, receptor, código, referente e mensagem), no qual o emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, que é formulada em um código referindo-se a algum elemento da realidade – o referente. Portanto, o discurso não é fechado em si mesmo e nem é domínio exclusivo do locutor, concebendo a necessidade de considerar que aquilo que se diz significa algo em relação ao que não se diz, ao lugar social o qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos. Sendo assim, pode-se afirmar que as relações de linguagem são relações de sujeitos e de produção de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados.

Outro aspecto a destacar nas relações produzidas pela linguagem é que a interpretação de um discurso também depende de suas condições de produção. Para Orlandi (2002) tais condições compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, mas a memória também faz parte da produção do discurso, assim como o contexto sócio-histórico e ideológico. A memória é tratada como interdiscurso, que é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. De acordo com a mesma autora o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam como o sujeito significa em uma situação discursiva dada, sendo que todos esses sentidos, já foram ditos por alguém em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que se diz.

Na Análise do Discurso (AD) considera-se que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo nos processos sócio-históricos em que as palavras são produzidas. Para Orlandi (2002, p. 43) as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, embora considere que a noção de formação discursiva, ainda que polêmica é básica da AD, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

Considerando que todo discurso pressupõe a presença de um sujeito, o discurso político especialmente vive de sua capacidade de interpelação e o seu êxito depende de sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo ou ideologia. Os partidos e seus representantes nos diferentes postos governamentais são locais privilegiados de enunciação do discurso político, pois “seu local de enunciação é a luta política, seu objetivo é vencer a luta através do jogo de desconstrução e reconstrução de significados, interpelando, através da construção articulada, uma visão de mundo (PINTO, 1989, p. 52)”.

No discurso político a luta é o jogo pelo esvaziamento do significado do discurso do outro, ou seja, cada discurso procura construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. Para Pinto (1989), a natureza do sujeito do discurso político pode ser analisada a partir de duas perspectivas: a de quem fala e a de quem se fala. Além destas, é relevante observar o contexto da enunciação e sua relação com a história, pois ele permeia e é facilmente permeado por outros discursos sociais, como, por exemplo, o discurso da imprensa no momento de uma disputa política. Vale ressaltar que o contrário também ocorre e o poder do discurso está nos argumentos de autoridade que o sujeito utiliza e na sua capacidade de transmitir a delegação do saber, de construir uma noção do todo social. Os meios de comunicação, em sua função de testemunho e de informação, são as instituições que mais usa esta delegação do saber.

Ao analisar o funcionamento do poder, Foucault (2004) propõe algumas precauções metodológicas. Na primeira, propõe que se analisem os mecanismos do poder em suas extremidades, em suas ramificações e como se corporificam em técnicas de intervenção social. Na segunda, a proposta é “estudar o poder onde sua intenção – se é que há intenção – está investida em práticas reais e efetivas” e tentar saber como foram construídos os efeitos de poder a partir de técnicas e táticas de dominação. Na terceira precaução metodológica o poder deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia e se exerce em rede. “Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 2004, p. 183), ou seja, o indivíduo é um efeito do poder e ao mesmo tempo é seu centro de transmissão. Devido a esse funcionamento em rede, o autor propõe, na quarta precaução, o estudo da maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos do poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam se modificam e como podem inserir-se no jogo das tecnologias do poder (FOUCAULT, 2004, p. 184).

Dentre estas tecnologias está a construção de discursos e, portanto, um instrumento de relações de poder e dominação e da prática política. A multiplicidade de discursos na sociedade pressupõe a existência de uma constante luta entre discursos na busca de interpelar o sujeito e conquistá-lo com a sua visão de mundo. Entende-se que a sociedade humana institucionalizou e integrou no sistema político a luta pelo poder, sendo que a competição por esse poder se tornou um ato normal da vida política, ao acesso de camadas sociais cada vez mais amplas e diversificadas. Esta institucionalização da competição política consagra o reconhecimento de uma dimensão estratégica essencial do poder, que coexiste também na imprensa.

No caso específico do discurso da imprensa estão inscritos outros discursos da vida cotidiana e, num jogo de poderes, podem ser identificados com muita facilidade os diferentes discursos políticos. A produção dos sentidos do discurso jornalístico se realiza a partir de um jogo de influências dos diversos sujeitos sociais. Desta forma, um veículo de comunicação torna-se um meio privilegiado para o confronto dos discursos de variados atores sociais e políticos a fim de ganhar a repercussão política, visibilidade e atuação na esfera pública [1] e até mesmo credibilidade e confiança do sujeito/leitor e do sujeito/eleitor/cidadão.

3. DISCURSO JORNALÍSTICO

Pelo jornalismo passam discursos que nele encontram condições de reprodução e transformação das relações sociais. A presença desses discursos no jornalismo, muitas vezes, se dá de maneira explícita, outras não, podendo se reportar a assuntos de interesse imediato ou buscar no passado ou nas posições de outros sujeitos elementos para construir seu discurso. O discurso jornalístico caracteriza-se pela aptidão de incorporar e mediar os discursos de vários sujeitos e processos sociais. Isso faz do jornalismo um cenário de confrontos e de uma linguagem organizada de interesses em competições das fontes que querem ver publicados os seus conteúdos. Especificamente no momento de uma disputa política é possível verificar o reflexo do confronto de interesses e, por meio dos pressupostos da Análise do Discurso, aponta-se a possibilidade de desvendar a construção do discurso jornalístico a partir dos enunciados dos diferentes sujeitos envolvidos no processo: jornalistas, políticos e empresários da comunicação.

Gregolin (1997) entende que a comunicação social depende da circulação dos sentidos em uma sociedade e que os textos permitem a comunicação porque cristalizam os sentidos de uma forma específica, além de harmonizar as várias vozes sociais e os diferentes gêneros do discurso. Ela recorre à fala de Van Dijk (1996) para explicar que “os elementos superestruturais fornecem pistas para a interpretação porque cada ‘tipo’ de texto possui uma superestrutura ou ‘estrutura esquemática’ reconhecível pelos falantes de uma comunidade”. Desta forma, o conhecimento superestrutural tem papel importante tanto para a produção/interpretação quanto no armazenamento e reprodução dos textos de uma sociedade. A autora enumera quatro estratégias utilizadas pelo leitor na interpretação e estruturação de um texto:

- a) a construção de proposições através de informações microestruturais que levam à decodificação semântica;
- b) interpretação da coerência local através da detecção de conexões significativas entre as seqüências das sentenças;
- c) detecção da macro-estrutura e interpretação dos temas, através dos quais se cria a predictibilidade da leitura;

- d) detecção da superestrutura através da qual se cria a previsibilidade fornecida pelas conexões dos diferentes tipos de textos.

A partir das características enumeradas acima, Gregolin (1997) se interessa em analisar os procedimentos discursivos utilizados para harmonizar as várias vozes que falam no texto da mídia e compreender como determinado tipo investe suas regras em uma formação discursiva criando relações de concordância, conflito ou subversão de valores. Nesta perspectiva, é possível afirmar que,

A análise da heterogeneidade desses textos evidencia o papel dos elementos discursivos na criação de efeitos de sentido: o sincretismo entre palavra e imagem, as estratégias argumentativas e a intertextualidade são responsáveis pela criação e circulação de valores ligados a uma formação ideológica que se apresenta como simulacro da neutralidade e da imparcialidade (GREGOLIN, 1997, p. 02).

Assim, na tessitura do texto encontram-se as chaves para a sua interpretação. Ao se fazer a interpretação de um texto é preciso resgatar a memória discursiva a fim de interpretar determinadas palavras, ou seja, perceber como a memória de outros textos aparece no *corpus* discursivo em questão. De acordo com Gregolin (1997), “para analisar como é feita esta representação da enunciação no texto, é preciso observar a construção das pessoas, do espaço e do tempo; a relação estabelecida entre enunciador e enunciatário; a intertextualidade e interdiscursividade presentes nos textos”.

Isto nos remete a Pêcheux (2002), quando afirma que “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Desta forma, a interpretação dos textos jornalísticos exige o reconhecimento de posições ideológicas, a compreensão de vozes que falam por meio do discurso realizado, reforçando-se que o discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando ele o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva. Gregolin (1997) destaca também que todo discurso remete às suas condições de produção e marca:

Fazem parte de tais condições a situação, o contexto real e a ilusão do sujeito enunciador de ser a fonte do sentido. Essas condições estão, portanto, na esfera do real (situação concreta) e na do imaginário (o papel que o enunciador ocupa em uma formação discursiva, e seu próprio esquecimento do lugar que ocupa). (GREGOLIN, 1997, p. 07)

Conforme está colocado na primeira parte deste artigo, o texto jornalístico é construído pela intertextualidade em vários graus, transformando-se em um mosaico de citações absorvidas e transformadas. Sendo assim, “o sentido, no jornal, constitui-se como um diálogo em três dimensões: o sujeito da escrita, o destinatário e os textos exteriores” (GREGOLIN, 1997, p. 10). Devido a essa polifonia, própria do discurso jornalístico, para ler este tipo de texto é preciso captar a relação estabelecida com outros textos, que lhe são anteriores e exteriores, repetidos e

transformados por ele. Estes componentes estão presentes no texto jornalístico, mas de maneira alguma são claramente evidenciados no texto ou explicitamente assumidos pelos jornalistas ou veículos de comunicação.

Sendo assim, as relações entre a imprensa e as fontes estão sujeitas às condições e articulações conjunturais das relações de poder e dominação. A imprensa, impossibilitada de atribuir unicidade ao mundo, aos processos, aos fatos e personagens, se faz e se enriquece em diversos discursos e diversas linguagens. Os processos, os fatos e personagens que ela aborda por meio de seus discursos representam enunciados e sentidos adequados à política editorial da empresa jornalística ou aos que querem nela influir ou dela se aproveitar. O processo de produção de enunciados e os efeitos de sentido junto ao público leitor interferem nas relações sociais de maneira deliberada, embora muitas vezes isto seja negado pelo discurso jornalístico através da construção de uma posição de “objetividade” ou nem sempre percebido pelo público que dá a este um elevado grau de credibilidade.

É relevante destacar que na construção do enunciado jornalístico uma limitação imposta ao sujeito/jornalista é a pauta, geralmente discutida sem a participação do repórter, em que somente os pauteiros, editores e chefes de redação dos veículos definem o que o repórter vai produzir. Assim, já há um direcionamento prévio da matéria. Dessa forma, quem coleta as informações e as redige ou relata, não participa das discussões sobre o que o veículo vai publicar, como vai publicar, sob que enfoque e outros dados técnicos. Rossi (2000: p. 21) alerta que a produção da pauta geralmente recebe da empresa o tratamento, a angulação e até o espaço que o assunto vai merecer, contribuindo para condicionar o repórter à obedecer aos itens solicitados pelos pauteiros. Além de orientar os repórteres para o que devem fazer no dia-a-dia, a pauta serve como instrumento de controle das chefias, diretores e/ou proprietários dos diversos veículos de comunicação sobre quase tudo o que está sendo trabalhado pela redação.

Por ser um veículo formador de opinião, existem, dentro da estrutura da redação e edição de uma notícia, verdadeiros labirintos, que atuam como filtros da notícia a fim de atender aos interesses editoriais. Iniciando-se pela pauta e passando pelo estilo adotado pelos veículos que, através de manuais de normas e estilo, impõem uma segunda limitação na hora de se escrever um texto para jornal ou revista. Para Rossi (2000: p. 25) na prática do jornalismo há normas, mas estas são mais de forma do que de estilo, que igualmente condicionam o trabalho do jornalista.

Outros controles podem ser citados: o editor, que se ocupa da editoria e comanda os seus repórteres; a chefia de reportagem, que decide se o enfoque dado pelo repórter é o correto ou precisa ser refeito, e, nesse caso, o redator ou editor é chamado para refazer ou adequar a matéria, podendo com isso omitir informações tidas como importantes pelo repórter que levantou o material primário junto às fontes. O tamanho do texto e do título, bem como a forma de diagramação, os destaques que são dados na hora de se esboçar o *layout* da página do jornal ou da revista são, também, outros filtros visíveis de informação. Para Rossi “É evidente que uma notícia publicada com um título forte chamará mais atenção do que outra com um título

pequeno. (...) É também óbvio que uma reportagem colocada no alto de uma página atrai mais a atenção que outra, escondida num canto de página. (ROSSI, 2000, p. 44)”

As formas de vigilância do trabalho utilizadas pela imprensa podem ser explicadas por Foucault (2003) como um dos seus principais instrumentos de controle da disciplina no trabalho, que precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos e que está presente em toda a extensão do espaço. Foucault (2003, p. 143) afirma que o sucesso disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples – o olhar hierárquico, a sanção normatizadora e sua combinação no procedimento do exame. Estes meios de coerção se tornam visíveis àqueles sobre os quais se aplicam, mas muitas das técnicas utilizadas permitem a vigilância de olhares que devem ver sem serem vistos. É através de processos disciplinares que se impõe o controle minucioso das operações do corpo e se fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina organiza toda a sociedade, divide os sujeitos em espaços físicos, em grupos distintos de funções distintas; estabelece comportamentos, pensamentos e sentimentos, ou seja, a disciplina faz parte da estruturação da sociedade e não há disciplina sem o exercício do poder.

Conforme citado anteriormente, Foucault (2003, p. 26) afirma que essas relações de poder se aprofundam dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir - ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos - a forma geral da lei ou do governo. Elas se articulam de acordo com uma série de complexas engrenagens e de inúmeros pontos de luta estabelecidos em uma microfísica do poder, posta em jogo pelos aparelhos e instituições.

Uma indagação que surge em muitas discussões sobre a produção jornalística está relacionada à representação daquele que elabora as notícias selecionadas para divulgação no veículo de comunicação. Van Dijk (1996, p. 161-164) supõe que, no geral, os processos são controlados por um sistema de valores do jornalista e da instituição da qual ele faz parte. O resultado da percepção e interpretação de um acontecimento é, também, na opinião de Van Dijk, um modelo subjetivo e socialmente controlado pela memória do repórter observador, mas que necessita de condições especiais para recuperar detalhes importantes de um determinado acontecimento. Para ele, os critérios de valor da notícia estão presentes na observação de uma rotina jornalística e proporcionam a base para os processos de atenção, seleção e decisão. Van Dijk (1996, p. 167) complementa que a maior parte das notícias políticas não se baseia na observação imediata dos acontecimentos informativos e que a maioria dos jornalistas não registra ou transcreve os discursos completos. Isso ocorre principalmente devido à limitação do tempo desses profissionais, que são obrigados a reproduzir somente fragmentos que resumem a declaração de importantes políticos ou de outros sujeitos. Assim, levando-se em consideração aspectos como poder, dominação, discurso, imprensa, hegemonia e ideologia – abordados por este artigo - não é de se supor que sejam desencadeados por um processo aleatório ou meramente accidental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das definições apresentadas, pode-se afirmar que a imprensa expressa e reproduz o conjunto da sociedade e a luta de interesses entre os diversos sujeitos (trabalhadores, empresários, políticos, instituições, etc). O jornalismo, por sua vez, possui características próprias enquanto forma de conhecimento social, sendo que suas mensagens transmitidas revelam disputas pelo poder entre os diferentes sujeitos sociais. Entende-se que as normas e regras internas dos veículos de comunicação interferem na uniformidade do processo de produção jornalística, de acordo com o projeto editorial de cada veículo, no controle sobre o jornalista e no exercício de poder sobre a opinião pública.

Ao se refletir sobre as relações entre discurso político e discurso jornalístico é importante observar que a imprensa torna-se um veículo que propõe visibilidade ao discurso político de determinados grupos/partidos. Isto sugere que o jornal não reproduz a realidade, ele a representa; é um elemento que intervém em sua construção e intervenção. A imprensa vive num cenário de tensão e disputa, que se define à medida que é representada pelos grupos e indivíduos envolvidos por um processo de resignificação dos sentidos e da sociabilidade, a partir de prioridades já enunciadas e compartilhadas entre editores, profissionais de imprensa, interesses corporativos, leitores, e outros sujeitos.

5. NOTAS

* Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Endereço Eletrônico: brenneis@uol.com.br

** Mestre pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e professora na União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC). Endereço Eletrônico: sonia@foznet.com.br

*** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Endereço Eletrônico: gbiasoli@uol.com.br

¹ Parte-se aqui da noção habermasiana de esfera pública. Para detalhes ver: HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIJK, Teun A Van. **La noticia como discurso – comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2004.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valeneise. **A tipologia textual e a construção da referencialidade no discurso jornalístico**. Trabalho apresentado no 16º Congres International des Linguistes, Paris, 1997.
- HABERMAS, Jurgen – **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza e-Silva, Décio Rocha. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas: Pontes, 2002.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 2000.